



Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança - CCP

MOÇÃO

*Ano mau para muitos,
A 1ª e 5ª Comissões.
6-3-2014 Jm*

Os profissionais das Forças e Serviços de Segurança presentes na Manifestação Nacional de 06 de Março de 2014, em Lisboa, consideram que:

- Sob a capa do combate à crise, acentuam-se as desigualdades entre a população portuguesa, cada vez mais asfixiada pela austeridade que teima em não dar os resultados continuamente anunciados pelo governo.
- Conforme previmos, os sacrifícios impostos aos portugueses, particularmente aos funcionários públicos, não trouxeram benefícios para o país nem para a população em geral, com o Governo a insistir numa estratégia que, segundo o próprio FMI, está errada.
- Os orçamentos sectoriais não escaparam à austeridade cega que atinge todos os cidadãos, onde se incluem, obviamente, os profissionais das diversas Forças e Serviços de Segurança.
- As reduções directas e indirectas nos vencimentos, aumento da sobretaxa de IRS, pagamento do subsídio de Natal em duodécimos, impedimento da passagem à pré-aposentação, são medidas que criam instabilidade e estrangimentos no seio das instituições, com prejuízos na qualidade do trabalho, fruto do agravamento da desmotivação dos profissionais que têm como função garantir a segurança pública e o normal funcionamento da sociedade.
- O aumento dos descontos para os subsistemas de saúde e o fim da bonificação de tempo para passagem à aposentação, são medidas que se reflectem apenas nas Forças e Serviços de Segurança, provocando um corte superior ao existente na restante Função Pública.
- Conforme previmos, o Orçamento do Estado colocou em causa a operacionalidade das diversas Forças e Serviços de Segurança, ao não atender às necessidades básicas do seu funcionamento, o que originou uma degradação do serviço prestado à população bem como coloca em causa a integridade dos profissionais no cumprimento da missão que lhes está incumbida.
- O Governo deve rever as medidas constantes no Orçamento de Estado, tendo em conta as graves consequências que acarreta para a Segurança Interna.

Pelo acima referido, caso o Governo não atenda às reivindicações constantes nesta Moção, os Profissionais das Forças e Serviços de Segurança presentes mandatam a CCP para encetar as formas de luta que entender necessárias para defender os seus direitos e o direito da população à Segurança Pública.

Lisboa, 06 de Março de 2014

Assembleia da República
Gabinete da Presidência

Nº de Entrada 489713

Classificação
1501

Data
07 03 2014

